Ata da segunda sessão do segundo Período ordinário, realizada pela Câmara Municipal de Habiriana 18 de setembro de 1996.

Às vinte horas do dia 18 de setembro de 1996, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Habiriana, sob a Presidência do vereador Reinaldo Tragano de Araujo, havendo comparecido os seguintes vereadores: Carlos José da Costa Araujo, José Batista Santiago, Maria Auxiliadora Correia de Melo, Fernando Cabral de Melo, Clidenor Félix de Almeida, Romualdo Francisco da Silva, Jorge Luiz de Carvalho, e Breno de Souza e Silva. O Presidente verificando o numero legal, deu por aberto os trabalhos e mandou que se fizesse a leitura da Ata da sessão anterior, que depois de lida e aprovada, pelos vereadores presentes, foi a mesma posta em votação sendo aprovada por unanimidade. Em seguida constou de uma Resolução 98/96 - Que dispõe sobre a remuneração dos vereadores para a legislatura que se inicia em primeiro de Janeiro de 1997 e dá outras providencias. Decreto Legislativo nº 02/96 Que dispõe sobre a remuneração do Prefeito, Vice Prefeito do Municipio de Habiriana para o periodo 1997 à 2000 e determina outras providencias. Decreto Legislativo nº 03/96 - Que concede Titulo de Cidadão Habirianense ao Deputado Federal Odauto Pereira de Lima e determina outras providencias. Oficio nº 48/96 do Ministerio de Educação e do Desporto - MEC FAC e DAAU - Comunicando que foi repassado a este Municipio no dia 16.08.96, a importância de R$ 32.175,00 - referente as parcelas pagas do recurso da Merenda Escolar. Oficio do Tribunal de Contas do Estado, comunicando a esta casa que a remuneração do Prefeito, do Vice Prefeito e dos vereadores da próxima Legislatura fora que seja aprovado antes das eleições de 3 de outubro. Após a leitura do expediente o Presidente colocou em primeira discussão a resolução 98/96 - que não havendo discussão foi posta em primeira votação sendo aprovado por unanimidade, foi colocado em primeira discussão e votação o Decreto nº 02/96 - sendo aprovado por unanimidade o Presidente encaminhou as materias que terão segunda votação para a ordem do dia da próxima sessão. O Presidente colocou em discussão o Decreto Legislativo nº 03/96. Ocupou a Tribuna a vereadora Maria Auxiliadora dizendo que este Decreto vem homenagear o Deputado Federal Odauto Pereira que há mais de 10 anos vem prestando bons serviços a este Municipio de nada mais justo que homenagea-lo com o Titulo de Cidadão Habirianense. Não havendo discussão foi posto em votação sendo aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos e mandou que se lavrasse a presente Ata que vai datada e assinada

pelo Presidente, pelos secretários e demais vereadores sala das sessões da Câmara Municipal de Itabaiana em 18 de setembro de 1996.

Aprovada por unanimidade em 25-09-96

Ata da terceira sessão do segundo período ordinário, realizada pela Câmara Municipal de Itabaiana em 25 de setembro de 1996.

Às vinte horas do dia 25 de setembro de 1996, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Itabaiana sob a presidência do vereador Arnaldo Trajano de Araújo, havendo comparecido os seguintes vereadores: Maria José Araújo, Fernando Cabral de Mello, José Barbosa de Lucena, Clidenor Félix de Almeida, Carlos José da Costa Araújo, Jorge Luiz de Carvalho, Antonio Carlos Rodrigues de Mello Júnior. O Presidente verificando o número legal, deu por aberto os trabalhos e mandou fazer a leitura da ata da sessão anterior que depois de lida e aprovada pelos vereadores presente foi a mesma posta em votação sendo aprovada por unanimidade. Do expediente ainda constou, Ofício da Caixa Econômica Federal, informando que nesta data procedendo a inclusão do seu nome (CHI), no cadastro informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal CADIN, bem como em outros cadastros restritivos de crédito, em decorrência da não quitação das obrigações assumidas junto a CEF. nos prazos convencionados. Após a leitura do Expediente, foi posto em pauta a Ordem do dia que constou do Decreto Legislativo nº 02/96 e a Resolução nº 98/96. O Presidente colocou em segunda votação o Decreto Legislativo nº 02/96, o qual